

Este informe destaca as informações chave incluídas no Plano Económico e Social (PES) e no Orçamento de Estado 2011 (OE), aprovado pela Assembleia da República em Dezembro de 2010.



### Mensagens Chave:

- **Envelope do sector:** O envelope de recursos total disponível ao Sector de Infra-estruturas em 2011 é de 17,933 milhões de MT (quando em 2010 foi de 20,294 milhões de MT).
- **Tendências:** No período de 2008 a 2011 a tendência da despesa alocada ao sector é de crescimento geral, mas quando olhamos a variação entre os anos de 2010 e 2011, verifica-se um decréscimo da despesa alocada ao sector em 12%. Se analisarmos a execução verificamos que no período de 2008 a 2009 a execução final tem sido sempre menor que os valores alocados e tudo indica que em 2010 a situação será semelhante.
- **Fundos internos e externos<sup>1</sup>:** A despesa total no sector de Infra-estruturas em 2011 é composta por 4% de despesas de funcionamento tendo-se verificado uma diminuição quando comparado com 2010 (onde havia sido de 6%); e 96% de despesas de investimento tendo-se verificado um aumento quando comparado com 2010 (onde havia sido de 4%). O sector continua, assim, altamente dependente de fundos externos.
- **Programas:** O PES tem como base uma matriz onde os programas para diferentes áreas são detalhados e os programas neles incluídos correspondem aos programas detalhados na Proposta de OE, permitindo-nos saber o seu custo (pelo menos para os programas que estão simultaneamente reflectidos na Proposta de PES e OE).

## DEFINIÇÃO DE SECTOR

O sector de Infra-estruturas, conforme definido no PARPA II, é um sector composto por vários subsectores nomeadamente Energia / Recursos Minerais, Estradas, Águas e Obras Públicas. Esta definição do sector é consistente com a definição utilizada no diálogo entre o Governo e os Parceiros do Apoio Programático que providenciam apoio directo ao orçamento em Moçambique. É a definição reflectida também no reporte de execução da despesa constante dos Relatórios de Execução Orçamental emitidos trimestralmente pelo Ministério das Finanças.

Para se poder fazer a leitura do Orçamento do Estado (OE) usando a lente que reflecte este sector é necessário organizar, agrupar e somar (as alocações e execuções) das instituições do sector nos referidos subsectores. Mas existem desafios, na análise do subsector de águas, por exemplo, existem montantes de despesa (ex. de Investimento) que estão registados também no Ministério das Obras Públicas.

O Sector de Águas é composto pela Direcção Nacional de Águas (contabilizado dentro do Ministério de Obras Públicas), Administração Regional de Águas Sul/Centro, Fundo de Investimento e Património para Abastecimento de Água, Conselho de Regulação de Abastecimento de Água e as

Administrações Distritais. Há também dois Fundos Comuns: ASA (Água e Saneamento) e PRONASAR (Água e Saneamento Rural).

Ao contrário de outros sectores (por exemplo, Interior, Planificação, Finanças e tantos outros), as Direcções Nacionais do Ministério das Obras Públicas ainda não têm o seu classificador orgânico individualizado, criando assim desafios para a sua análise.

## TENDÊNCIAS

O envelope de recursos total disponível ao Sector de Infra-estruturas em 2011 é de 17,933 milhões de MT (quando em 2010 foi de 20,294 milhões de MT). Há uma redução de 12% verificada nas alocações entre os anos de 2010 e 2011.

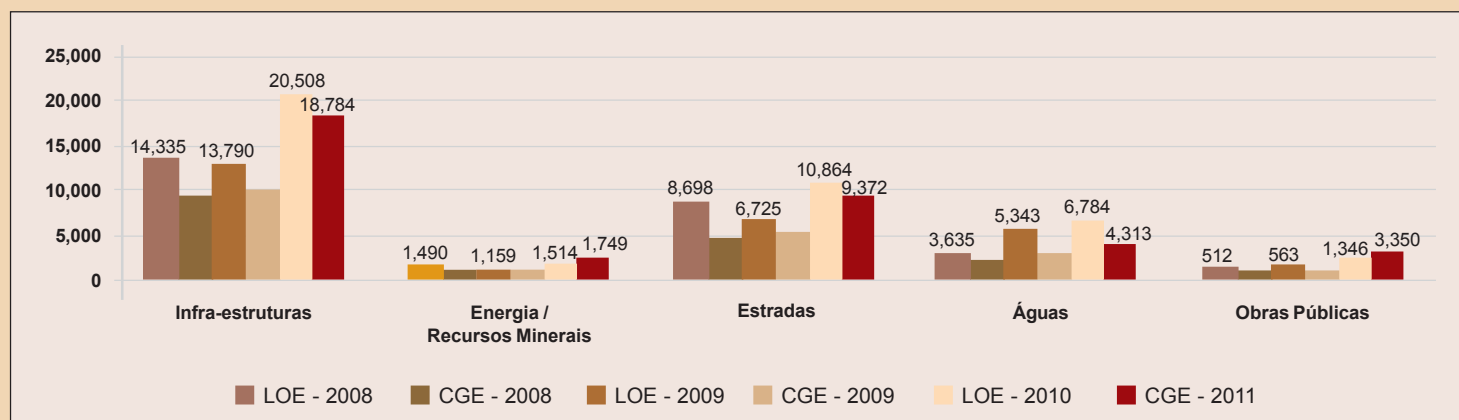
Os fundos externos geralmente representam as despesas de investimentos. Se analisarmos a capacidade real de execução verificamos que, no período de 2008 a 2009, a execução final do sector e subsectores tem sido menor que os valores inicialmente orçamentados. Assim, esta ligeira redução dos valores orçamentados no sector para 2011 pode ser uma tentativa de corrigir a alocação para níveis mais próximos da capacidade de execução. No entanto, tal redução pode também reflectir uma redução das contribuições dos parceiros para o sector ou uma mudança das prioridades do Estado.

<sup>1</sup> Os fundos externos geralmente representam as despesas de investimentos.

Como mostra o gráfico abaixo, o subsector de Estradas sofre uma redução na alocação em 2011. Mas o seu tecto orçamental continua ainda muito mais elevado do que as taxas de execução em anos anteriores. O total alocado ao sub-

sector das Águas também foi diminuído em 2011. No entanto, tal redução deve ser interpretada com cautela, pois um montante das Águas está incluído na despesa total do Ministério de Obras Públicas.

**Figura 1 – Evolução da Despesa Alocada e Executada no Sector de Infra-estruturas 2008 a 2011**



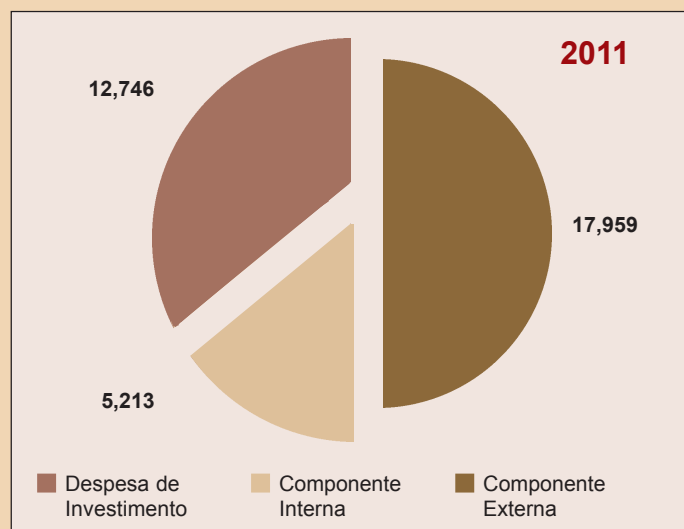
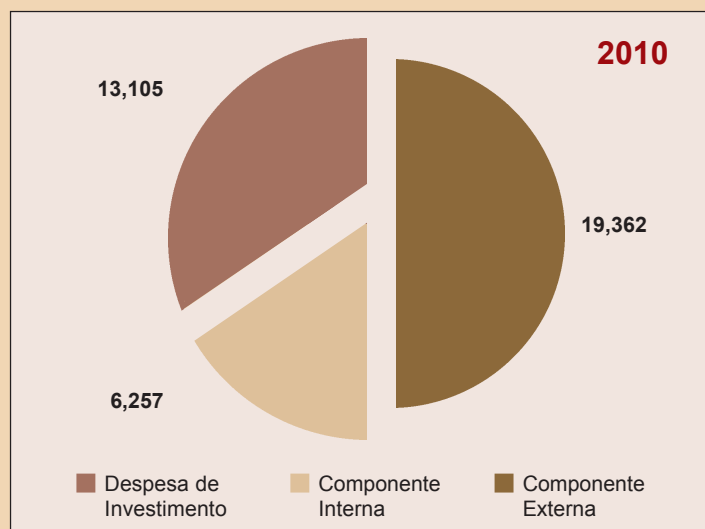
Fonte: CGE 2008; LOE 2009, 2010 e 2011; REO IV 2009

## COMPOSIÇÃO DA DESPESA

Para 2011 serão alocados ao sector um total de 846 milhões de MT (ou 4%) a título de Despesas de Funcionamento (em 2010 havia sido de 1,147 milhões de MT) e um total de 17,959 milhões de MT (ou 96%) a título de Despesas de Investimento (em 2010 havia sido de 19,362 milhões de MT).

A Despesa de Investimento é composta na sua maior parte de recursos externos, havendo pouca alteração na sua distribuição entre os anos de 2010 e 2011 (Figura 2). Será que esta manutenção de alocações reflecte que as instituições do Estado neste sector já atingiram o seu ponto crítico em termos de capacidade de absorção e gestão de recursos?

**Figura 2 – Composição da Despesa de Investimento 2010 e 2011**



Fonte: LOE 2010 e 2011

## DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO

Este ano verificou-se uma descentralização acentuada dos recursos entre os níveis provincial e distrital. Ou seja, a estrutura do orçamento mudou consideravelmente para 2011 sendo a despesa de funcionamento registada directamente no nível onde vai ser incursa.

Esta é uma boa tendência e deve ser incentivada, não só para a despesa de funcionamento mas igualmente para a despesa de investimento. Por outro lado, é difícil fazer uma leitura do orçamento na óptica sectorial e geográfica, prin-

cipalmente em referência à análise da despesa ao nível distrital. Neste nível, os serviços distritais não estão separados por sectores. Por exemplo, o sector da Infra-estruturas está agrupado com Planeamento sendo difícil identificar em termos de volume de recursos a parte específica que pertence a cada sector.

Considerando este aspecto, uma análise da distribuição dos recursos entre o nível central e provincial pode ser bastante imperfeita. No entanto, tal análise seria benéfica para compreender até que ponto a alocação dos recursos por províncias é equitativa e conducente à redução das

disparidades existentes nos indicadores relacionados com este sector.

Seria importante que da mesma forma que a despesa ao nível central e provincial é possível de ser organizada em sectores específicos, o mesmo seja possível ao nível distrital. Esta situação também reforça a discussão à volta da necessidade de existir ou não um classificador sectorial (não apenas sector prioritário) para que se possa analisar melhor a abrangência e cobertura do orçamento.

## PROGRAMAS DO SECTOR

A proposta de PES 2011, ao contrário das versões de anos anteriores, foi desenhada de acordo com o Programa Quin-

quenal de Governo (PQG) e não de acordo com os pilares estratégicos do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA).

O PES tem como base uma matriz onde os programas para diferentes áreas são detalhados e os programas neles incluídos correspondem aos programas detalhados na Proposta de OE, permitindo-nos saber o seu custo (pelo menos para os programas que estão simultaneamente reflectidos na Proposta de PES e OE). Outra particularidade com a proposta de PES 2011 é a ênfase que coloca nos Objectivos do Milénio.

Para o Sector da Infra-estruturas estão previstos a implementação dos seguintes programas principais:

Programa conforme Proposta do PES	Custos conforme Proposta do OE
<b>1 Obras Públicas e Habitação:</b> que consiste na reabilitação e melhoramento de estradas nacionais e regionais, manutenções de rotina e periódicas, construção e reabilitação de pontos e, estudos e projectos de engenharia;	<b>9,349,302.75</b> <b>MT (10<sup>3</sup>) – Nível Central</b> <b>44,122.51 MT</b> <b>(10<sup>3</sup>) – Nível Provincial</b>
<b>2 Gestão de Recursos Hídricos:</b> que consiste na realização de estudos para a construção de barragens, reabilitações de barragens, controlo e monitoria de barragens, estudos para a implementação de sistemas de água subterrânea, construção e reabilitação de estações hidroclimatológicas, instalação de sistemas de gestão de recursos hídricos e gestão operacional de recursos hídricos.	<b>1,216,694.58 MT</b> <b>(10<sup>3</sup>) – Nível Central</b>

A informação contida neste informe foi retirada dos Cenários Fiscais de Médio Prazo emitidos anualmente desde 2007 e a Proposta de OE para 2011 submetida pelo Governo de Moçambique à Assembleia da República em Setembro e por esta aprovada em Dezembro de 2010. Foram analisados a Proposta de PES, o Documento de Fundamentação, a Proposta de Lei Orçamental e os Mapas Anexos à Lei.

### Uma iniciativa da Parceria:



Av. 25 de Setembro - Edifício Times Square  
Bloco 2, nr. 12504 • Maputo, Moçambique  
Tel. +258 21 355300  
Website: [www.fdc.org.mz](http://www.fdc.org.mz)



Av. do Zimbabwe, nr. 1440  
Maputo, Moçambique  
Tel. +258 21 481100  
Website: [www.unicef.org/mozambique](http://www.unicef.org/mozambique)

### Com o apoio de:

 FORUM  
DE MONITORIA  
DO ORÇAMENTO

